

Informe
Anual Integrado
2019



Informe
Anual Integrado
2019



Informe Anual Integrado | 2019

Demonstrações financeiras

—

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras | 39

Demonstrações financeiras de acordo
com as práticas contábeis adotadas
no Brasil em 31 de dezembro de 2019 | 42

Gas Natural São Paulo Sul S.A. – GNSPS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Gas Natural São Paulo Sul S.A.
Rio de Janeiro-RJ

Opinião_

Examinamos as demonstrações financeiras da Gas Natural São Paulo Sul S.A. (“Companhia” ou “GNSPS”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião_

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras_

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras_

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com

as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa ^(Nota 6)	109.721	79.264
Contas a receber de clientes ^(Nota 7)	103.649	113.792
Estoques	1.365	1.431
Tributos a recuperar ^(Nota 8)	11.218	8.749
Contas a receber de partes relacionadas ^(Nota 10)	-	131
Outros ativos	177	276
	226.130	203.643
Não circulante		
Contas a receber de clientes ^(Nota 7)	-	494
Tributos a recuperar ^(Nota 8)	976	1.467
Ativos fiscais diferidos ^(Nota 9)	3.622	4.616
Depósitos judiciais ^(Nota 16)	1.072	1.047
	5.670	7.624
Intangível ^(Nota 11)	612.161	629.553
Ativos de direito de uso ^(Nota 12.1)	3.005	-
	620.836	637.177
Total do ativo	846.966	840.820

	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido		
Fornecedores ^(Nota 13)	67.085	71.967
Obrigações por arrendamento ^(Nota 12.2)	226	-
Empréstimos ^(Nota 14)	40.440	532
Obrigações trabalhistas a pagar	458	502
Tributos a pagar ^(Nota 15)	10.660	7.958
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8.222	3.991
Partes relacionadas ^(Nota 10)	372	1.420
Juros sobre capital próprio a pagar ^(Nota 18.d)	32.115	10.359
Outros passivos	2.839	2.816
	162.417	99.545
Não circulante		
Empréstimos ^(Nota 14)	30.000	106.184
Obrigações por arrendamento ^(Nota 12.2)	2.924	-
Provisão para contingências ^(Nota 16)	5.556	5.773
	38.480	111.957
Total do passivo	200.897	211.502
Patrimônio líquido ^(Nota 18)		
Capital social	584.923	584.923
Reservas de lucros	61.146	44.789
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(394)
	646.069	629.318
Total do passivo e patrimônio líquido	846.966	840.820

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Receita líquida ^(Nota 19)	814.769	670.603
Custo do serviço ^(Nota 20)	(658.190)	(558.083)
Lucro bruto	156.579	112.520
Despesas gerais e administrativas ^(Nota 21)	(53.650)	(59.615)
Outras despesas operacionais, líquidas ^(Nota 22)	(5.758)	(3.291)
Lucro operacional	97.171	49.614
Receitas financeiras	7.598	4.371
Despesas financeiras	(8.541)	(10.551)
Resultado financeiro, líquido ^(Nota 23)	(943)	(6.180)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	96.228	43.434
Imposto de renda e contribuição social – correntes ^(Nota 9.d)	(19.283)	(12.185)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos ^(Nota 9.d)	(994)	959
Lucro líquido do exercício	75.951	32.208
Quantidade de lote de mil ações em circulação	595.800	595.800
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ^(R\$)	127,48	54,06

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	75.951	32.208
Total do resultado abrangente do exercício	75.951	32.208

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017

Dividendos adicionais aprovados ^(Nota 18.2.c)

Lucro líquido do exercício

Instrumentos financeiros

Destinação do lucro:

Reserva legal

Juros sobre o capital próprio ^(R\$20,46 por lote de mil ações)

Destinação de resultado a definir em AGOE ^(abril de 2019)

Em 31 de dezembro de 2018

Dividendos adicionais aprovados ^(Nota 18.2.c)

Lucro líquido do exercício

Instrumentos financeiros

Destinação do lucro:

Reserva legal

Juros sobre o capital próprio ^(R\$63,41 por lote de mil ações)

Destinação de resultado a definir em AGOE ^(abril de 2019)

31 de dezembro de 2019

Reservas de lucros (Nota 17)

Capital social	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
584.923	21.761	3.007	15.671	-	-	625.362
-	-	-	(15.671)	-	-	(15.671)
-	-	-	-	32.208	-	32.208
-	-	-	-	-	(394)	(394)
-	1.610	-	-	(1.610)	-	-
-	-	-	-	(12.187)	-	(12.187)
-	-	-	18.411	(18.411)	-	-
584.923	23.371	3.007	18.411	-	(394)	629.318
-	-	(3.007)	(18.411)	-	-	(21.418)
-	-	-	-	75.951	-	75.951
-	-	-	-	(394)	394	-
-	3.797	-	-	-	(3.797)	-
-	-	-	-	-	-	(37.782)
-	-	-	-	33.978	(33.978)	-
584.923	27.168	-	33.978	-	-	646.069

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	96.228	43.434
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	41.274	40.329
Depreciação Imobilizado por direito de uso	347	-
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	6.975	8.248
Juros sobre arrendamento	373	-
Atualização monetária sobre depósito judicial	(24)	(25)
Atualização monetária sobre contingências	587	651
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(312)	1.742
Contingências	(804)	1.093
Baixa impostos não recuperáveis	-	640
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	-	5
	144.644	96.117
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	10.949	(8.148)
Estoques	66	(406)
Tributos a recuperar e diferidos	19.699	15.849
Outros ativos	99	55
Depósitos judiciais	(1)	35
Fornecedores	(4.882)	19.367
Obrigações trabalhistas a pagar	(44)	(869)
Tributos a pagar	(13.344)	(14.738)
Partes relacionadas	(917)	(105)
Outros passivos	23	403
	11.648	11.443
Caixa proveniente das operações		
Juros pagos	(13.251)	(6.549)
Juros pagos sobre arrendamento	(373)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.683)	(12.906)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	121.985	88.105
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aquisição de intangível	(23.882)	(30.109)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(23.882)	(30.109)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(30.000)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(31.777)	(34.682)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(5.667)	(5.183)
Amortização sobre arrendamento	(202)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(67.646)	(39.865)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	30.457	18.131
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.264	61.133
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	109.721	79.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. (a "Companhia" ou GNSPS) foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros na região Sul do Estado de São Paulo.

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. é controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group cuja sede temporariamente está localizada em Madri – Espanha.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos (Nota nº 17.2).

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil, que compreendem com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota nº 3.

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua Administração, em 27 de abril de 2020.

2.2. Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4.4. Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de seis meses de atraso);
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), considerando os critérios descritos na Nota nº 2.4.4.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

2.6. Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota nº 9). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na

proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota nº 9). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.8. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.9. Intangíveis

i) Concessão para exploração de serviços públicos

Demonstrado pelo custo de aquisição, esse valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados. Essa concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

ii) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do

contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

iii) Programas de computador (softwares)

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

iv) Servidão de passagem

Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota nº 11.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2019.

2.11. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que:

- (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado;
- (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente;
- (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e
- (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

c) Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia. São elas: CPC 11, CPC 15 (R1) e CPC 26 (R1).

2.18. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir, indicamos a alteração das normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

- CPC 20 – "Custos de Empréstimos": as alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos em geral qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas. A entidade aplica essas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade aplica essas alterações pela primeira vez. A entidade aplica estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019.

Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações; não houve nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras.

- O CPC 06 (R2) teve adoção requerida a partir de 1º de janeiro de 2019, no qual estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o IAS 17.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, na data em que o bem arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com depreciação do ativo de direito de uso e a despesa com juros sobre o passivo de arrendamento. Serão reconhecidas despesas financeiras no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia aplicou as seguintes políticas, estimativas e critérios:

- Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2);
- Efeito de transição, a Companhia optou por aplicar o enfoque retrospectivo modificado e não vai rerepresentar valores comparativos de anos anteriores;

- Optou por mensurar o direito de uso inicial do ativo por um montante igual ao passivo por arrendamento em 1º de janeiro de 2019, na forma do que dispõe o expediente prático C3 do CPC 06 R2;
- Utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato.
- Para determinar o prazo dos arrendamentos como o período não cancelável, considerou o prazo inicial de cada contrato, salvo se a Companhia tenha opção unilateral de renovação ou término e que tenha certeza razoável de que exercerá tal opção, neste caso, se considerará o correspondente prazo de ampliação o término antecipado.

Como impactos derivados da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou um passivo de arrendamento em contrapartida da rubrica de ativos de direito de uso no montante de R\$ 3.352, os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de edificações, conforme Nota nº 12.

- As despesas financeiras aumentaram em R\$ 373, referente a despesa de juros sobre passivos de arrendamentos reconhecidos.
- Redução em “Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos” em R\$ 127 referentes ao efeito fiscal dessas mudanças nas despesas.
- Redução nas saídas de caixa das atividades operacionais em R\$ 202 e aumento nas saídas de caixa das atividades de financiamento pelo mesmo montante, representando os pagamentos da parte principal dos passivos de arrendamento reconhecidos.

A seguinte interpretação de norma também foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas informações contábeis da Companhia:

- ICPC 22 – “Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro”

A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 – Imposto de Renda nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico aceite, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. Decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.
- A Administração da Companhia conclui que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgado na Nota nº 17 são considerados pela Administração da companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que não” de sustentação nas esferas judiciais.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas_

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota nº 7). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 29.790 (em 2018 de R\$ 33.806).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças

temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. A Companhia revisa a vida útil desses ativos ao final de cada exercício.

e) Passivo contingente

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face as potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos são resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de distribuição de gás.

A avaliação do impairment dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, que não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, taxas de crescimento futuro, para fins de extrapolação, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do contrato de concessão, entre outros fatores.

Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

4. Gestão de risco financeiro_

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Econômico-Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído, inclusive com ajustes extemporâneos em caso de variação significativa no custo de gás. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2019, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

a) Risco de mercado

i) Risco com taxa de câmbio

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2019, não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado - instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma base de 88.273 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na Nota nº 5, são divulgados os ativos que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são do fluxo de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	67.085	-	-
Empréstimos	41.643	32.756	-
Contas a pagar – partes relacionadas	372	-	-
Em 31 de dezembro de 2018			
Fornecedores	71.967	-	-
Empréstimos	553	-	122.801
Contas a pagar - partes relacionadas	1.420	-	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da Administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2019	2018
Total dos empréstimos ^(Nota 14)	70.440	106.716
Menos: caixa e equivalentes de caixa ^(Nota 6)	(109.721)	(79.264)
Dívida líquida	(39.281)	27.452
Total do patrimônio líquido	646.069	629.318
Total do capital próprio e de terceiros	606.788	656.770
Índice de alavancagem financeira	-	4%

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	2019	2018
Ativos avaliados a valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa ^(nível 2)	109.721	79.264
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	103.649	114.286
Contas a receber de partes relacionadas	-	131
Outros ativos	177	276
	213.547	193.957
Passivo mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos	70.440	106.716
Fornecedores	67.085	71.967
Outros passivos	2.839	2.816
Juros sobre o capital próprio	32.115	10.359
Partes relacionadas	372	1.420
	172.851	193.278

6. Caixa e equivalentes de caixa_

	2019	2018
Caixa e contas correntes bancárias	5.706	13.787
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs ⁽ⁱ⁾	104.015	65.477
	109.721	79.264

(i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) em instituições financeiras de primeira linha, que foram remunerados à taxa média de 98,2% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2019. Essas aplicações têm liquidez diária e podem ser sacadas a qualquer momento, tanto parcialmente quanto em sua totalidade sem mudança de valor.

7. Contas a receber de clientes_

	2019	2018
Segmentos comercial e residencial	6.330	5.566
Segmento industrial	72.887	79.820
Fornecimento de gás medido e não faturado	29.790	33.806
Equipamentos	682	822
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.040)	(5.728)
	103.649	114.286
Circulante	103.649	113.792
Não circulante	-	494
	103.649	114.286

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	2019	2018
A vencer	61.721	99.106
Até três meses	42.356	9.651
De três a seis meses	358	6.183
Acima de seis meses	5.254	5.074
	109.689	120.014

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada e não mais na incorrida, um estudo de sua carteira de clientes do período de 2017 e 2018, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o exercício corrente.

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2019	2018
Em 1º de janeiro	5.728	4.718
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	8.010	1.452
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(7.698)	(442)
Em 31 de dezembro	6.040	5.728

A totalidade dos créditos com clientes que possuam dívidas vencidas há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos. A partir 15 dias de atraso ao pagamento da fatura os clientes industriais, comerciais e GNV tem o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes residenciais, o fornecimento é suspenso a partir de 30 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 6 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima.

8. Tributos a recuperar_

	2019	2018
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	321	511
PIS – Programa de Integração Social	740	824
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	4.186	4.580
IRRF a compensar	677	641
CSLL a compensar	6.266	3.656
Outros	4	4
Total	12.194	10.216
Circulante	11.218	8.749
Não circulante – realizável a longo prazo	976	1.467
	12.194	10.216

Os créditos de ICMS, PIS e COFINS são decorrentes das compras de gás, materiais, equipamentos e insumos para a construção das redes de gás e serão recuperados com impostos devidos nas operações normais da Companhia. A parcela não circulante refere-se a impostos na compra de ativos imobilizados para a infraestrutura.

9. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos fiscais diferidos apresentam-se como segue:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.539	915	3.454
Diferenças temporárias do exercício	13.154	4.735	17.889
Diferenças temporárias patrimônio líquido	150	54	204
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(12.449)	(4.482)	(16.931)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.394	1.222	4.616
Diferenças temporárias do exercício	8.196	2.950	11.146
Diferenças temporárias patrimônio líquido	-	-	-
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(8.926)	(3.214)	(12.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.664	958	3.622

b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2019	2018
2019	-	2.493
2020	1.956	2.123
2021	1.666	-
	3.622	4.616

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

c) Movimentação

Em 31 de dezembro de 2017

Creditado (debitado) na demonstração do resultado

Creditado (debitado) no patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018

Creditado (debitado) na demonstração do resultado

Creditado (debitado) no patrimônio líquido

31 de dezembro de 2019

d) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	96.228	96.228	43.434	43.434
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(24.057)	(8.661)	(10.859)	(3.909)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	9.446	3.400	3.047	1.097
Adições, líquidas	(354)	(127)	(516)	(186)
Incentivos fiscais	76	-	100	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(14.889)	(5.388)	(8.228)	(2.998)
Do exercício corrente	(14.158)	(5.125)	(8.933)	(3.252)
Diferidos	(731)	(263)	705	254
	(14.889)	(5.388)	(8.228)	(2.998)
Alíquota efetiva	15%	6%	19%	7%

Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecedor Governo	Conta corrente ativo regulatório	Ativo diferido	Total
331	1.357	802	239	725	3.454
48	592	545	(14)	(213)	958
204	-	-	-	-	204
583	1.949	1.347	225	512	4.616
83	(73)	(837)	49	(216)	(994)
-	-	-	-	-	-
666	1.876	510	274	296	3.622

10. Transação com partes relacionadas

Os saldos e operações com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

A receber/pagar	Ativo Circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG ^(a)	-	-	-	453
Naturgy Energy Group, S.A. ^(b)	-	-	-	(1.897)
Naturgy Informatica S.A. ^(c)	-	372	-	1.130
	-	372	-	(314)
JCP e dividendos				
Naturgy DL S.A. ^(d)	-	32.115	-	-
	-	32.115	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	-	32.487	-	(314)
Em 31 de dezembro de 2018	131	11.779	-	5.351

(a) Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

(b) Em 5 de agosto de 2009, foi averbado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) o contrato com a Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A., atual Naturgy Energy Group, S.A, referente à transferência de conhecimentos técnicos e experiências (royalties), e seu valor é calculado pela aplicação da alíquota de 7% sobre o resultado operacional líquido, observando o limite máximo de 1% sobre o faturamento líquido. Em 2 de setembro de 2014 foi averbado pelo INPI o termo aditivo contratual, com validade até mai/2018. Em janeiro de 2019 ocorreu a reversão da provisão dos valores que haviam sido provisionados em 2018 em função da decisão do grupo pela suspensão do processo de renovação do contrato junto ao INPI.

(c) O serviço de uso de software refere-se ao contrato com a Naturgy Informática, S.A. para uso de direitos dos softwares corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.

(d) Referem-se a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício de 2019.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

Contratação de ex-executivos

A Companhia contratou os serviços de consultoria, por prazo determinado, de três executivos que, ao longo de 2019, deixaram de ter vínculos laborais com o Grupo Naturgy. A contratação destes profissionais foi aprovada pelos acionistas da Companhia está formalizada em contrato celebrado entre as partes. Estes contratos foram firmados em março e agosto de 2019, cuja vigência se dá durante o ano de 2020. Os contratos totalizam o montante de R\$ 2.739

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

11. Intangível**Saldos em 1º de janeiro de 2018**

Aquisições

Baixas líquidas

Transferência para intangível em operação

Amortização

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Custo total

Amortização acumulada

Saldo contábil, líquido

Saldos em 1º de janeiro de 2019

Aquisições

Baixas líquidas

Transferência para intangível em operação

Amortização

Saldos em 31 de dezembro de 2019

Custo total

Amortização acumulada

Saldo contábil, líquido

Taxas anuais de amortização (%)

- (a) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de R\$ 535.828 referente ao contrato firmado entre a GNSPS e o Estado de São Paulo em 31 de maio de 2000, onde a Companhia passou a deter o direito de abastecer 93 municípios na região sul do estado de São Paulo com gás natural canalizado. Esse valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir de fevereiro de 2002, data em que os benefícios começaram a ser gerados.
- (b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (c) *Software* em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software (c)	Contrato de concessão(d)	Contrato de concessão em andamento	Total
234.819	1.254	4.389	386.555	12.455	639.472
-	-	777	6.221	23.111	30.109
-	-	-	(5)	-	(5)
-	-	-	20.031	(20.031)	-
(18.912)	(74)	(1.235)	(19.802)	-	(40.023)
215.907	1.180	3.931	393.000	15.535	629.553
535.828	2.055	12.293	570.086	15.535	1.135.797
(319.921)	(875)	(8.362)	(177.086)	-	(506.244)
215.907	1.180	3.931	393.000	15.535	629.553
215.907	1.180	3.931	393.000	15.535	629.553
-	-	1.240	5.284	17.358	23.882
-	-	-	-	-	-
-	-	-	21.486	(21.486)	-
(18.912)	(74)	(1.415)	(20.873)	-	(41.274)
196.995	1.106	3.756	398.897	11.407	612.161
535.828	2.055	13.533	596.740	11.407	1.159.563
(338.833)	(949)	(9.777)	(197.843)	-	(547.402)
196.995	1.106	3.756	398.897	11.407	612.161
3,5	3	20	11,2		

Os bens vinculados à concessão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no contrato de concessão, estão compostos abaixo:

			2019	2018
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil líquido	Saldo contábil líquido
Terrenos	445	-	445	445
Edificações e obras civis	334	(181)	153	159
Rede de gás	540.086	(178.593)	361.493	358.224
Máquinas e equipamentos	45.485	(14.120)	31.365	28.427
Equipamentos de informática – hardware	2.542	(2.282)	260	97
Móveis e utensílios	1.069	(674)	395	455
Veículos	1.353	(1.113)	240	379
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.426	(880)	4.546	4.814
Obras em andamento ⁽ⁱ⁾	11.407	-	11.407	15.535
	608.147	(197.843)	410.304	408.535

(i) As "Obras em andamento" referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Boituva, Botucatu, Cerquilha, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Porto Feliz, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê e Votorantim, de acordo com as obras de expansão dos segmentos residencial e comercial. Enquanto houver potencial de clientes, essas obras continuarão a existir em regime de continuidade.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 272 (R\$545 em 31 de dezembro de 2018) à taxa média de 7,36% (7,96% em 31 de dezembro de 2018).

12. Obrigações por arrendamento_

A Companhia possui arrendamento com itens de edificações. O prazo de arrendamento de edificações é de 9,66 anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratos	Taxa % a.a
9,66 anos	11,45

Conforme mencionado na Nota 2.18, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) – operações de arrendamento mercantil retrospectivamente, com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019 e reconheceu ativos de direito de uso no montante de R\$ 3.352. Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de edificações. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2).

Os saldos de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2019 são de R\$ 3.005 no ativo e R\$ 3.150 no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

12.1. Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Adoção inicial	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2019	Prazo médio contratual (anos)
Edificações	3.352	-	(347)	3.005	9,66
Total – ativo de direito de uso	3.352	-	(347)	3.005	

12.2. Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Adoção inicial	Encargos financeiros	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos jutos	Saldo final 31/12/2019
Edificações	3.352	373	-	(202)	(373)	3.150
Total – passivo de arrendamento	3.352	373	-	(202)	(373)	3.150

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Edificações (*)	Fixa	11,45	226	2.924	3.150
Total – passivo de arrendamento			226	2.924	3.150

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nesses últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2020	Janeiro de 2021 a dezembro de 2024	Janeiro de 2025 em diante	Valores nominais	Valor presente
Edificações	575	2.299	2.299	5.556	3.150
Total	575	2.299	2.299	5.556	3.150

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2019, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45%.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 515.

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas de depreciação para os contratos acima, foram de R\$ 347 e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 373.

13. Fornecedores_

	2019	2018
Fornecedor de gás	59.780	63.218
Fornecedores de materiais e serviços	4.747	6.126
Retenções contratuais	2.558	2.623
	67.085	71.967

14. Empréstimos_

	2019	2018
Empréstimos	70.000	100.000
Encargos provisionados sobre empréstimos	440	6.716
Total	70.440	106.716
Circulante	40.440	532
Não circulante	30.000	106.184
	70.440	106.716

Os empréstimos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. Os empréstimos da Companhia não possuem garantias e *covenants*.

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

Em moeda nacional	Indexadores	Vencimento	Lc (*)	2019		2018	
				Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Itaú	CDI+ 1,35%	03/11/2020	100%	40.374	-	461	40.000
Banco Mizuho	CDI+1,3%	21/06/2021	100%	66	30.000	71	30.000
Banco Santander	CDI + 1,85%	02/01/2020	100%	-	-	-	36.184
				40.440	30.000	532	106.184

(*) Lc – Linha de crédito.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamento a longo prazo são os seguintes:

	2019	2018
2020	-	76.184
2021	30.000	30.000
	30.000	106.184

Abaixo é apresentada a movimentação dos empréstimos:

	2019	2018
Saldo inicial	106.716	105.017
Amortização	(30.000)	-
Encargo provisionado ⁽ⁱ⁾	6.975	8.248
Encargo pago	(13.251)	(6.549)
	70.440	106.716

(i) Na composição de encargo provisionado contém juros capitalizados de R\$ 272 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 545 em 31 de dezembro de 2018).

15. Tributos a pagar_

	2019	2018
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	9.660	6.932
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	53	32
Outros	947	994
	10.660	7.958

16. Contingências_

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$ 5.556 (em 2018 de R\$ 5.773) para fazer face às perdas prováveis.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2019	2018
Trabalhistas	336	798
Cíveis	5.053	4.808
Tributárias	131	131
Honorários Advocatícios	36	36
	5.556	5.773

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2018	Provisionado no exercício	Baixas por reversão/ pagamento	Atualização monetária	2019
Trabalhistas ^(a)	798	544	(1.347)	341	336
Cíveis ^(b)	4.808	849	(850)	246	5.053
Tributárias ^(c)	131	-	-	-	131
Honorários Advocatícios	36	-	-	-	36
Total	5.773	1.393	(2.197)	587	5.556

	2017	Provisionado no exercício	Baixas por reversão/ pagamento	Atualização monetária	2018
Trabalhistas ^(a)	1.132	838	(1.530)	358	798
Cíveis ^(b)	2.860	3.079	(1.625)	494	4.808
Tributárias ^(c)	-	131	-	-	131
Honorários Advocatícios	36	-	-	-	36
Total	4.028	4.048	(3.155)	852	5.773

Os depósitos judiciais totalizam R\$1.072 (R\$1.047 em 31 de dezembro de 2018).

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. Em 31 de dezembro de 2019, a essas causas totalizam R\$ 336 (R\$ 798 em 31 de dezembro de 2018).

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que essas demandas sejam suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias alternativas são exercidas:

- (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e
- (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas.

As reclamações trabalhistas não provisionadas, por estarem classificadas como de risco possível por parte da Companhia, totalizam em 31 de dezembro de 2019 R\$ 2.214. Trata-se de ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da GNSPS, no qual questiona a contratação de prestadores de serviço terceirizados por parte desta Companhia. Esta ação possui um elevado risco operacional e pode provocar o desequilíbrio do nosso contrato de concessão.

b) Cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2019, essas causas totalizam R\$ 5.053 (R\$ 4.808 em 31 de dezembro de 2018).

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação financeira junto aos seus clientes e subsequentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços. São casos que também é possível acionar as Apólices de Seguros.

Ainda, há processos, em que são discutidas obrigações legais de cobranças de faixa de domínio e pagamentos de tributos, que por prudência, a Companhia provisiona, embora esteja discutindo a legitimidade dos recolhimentos judicialmente. Estes casos estão representados no montante supra, mencionado.

Existem ainda processos cíveis que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$523 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 494 em 31 de dezembro de 2018) e referem-se, principalmente, a um Mandado de Segurança contra a Prefeitura de Sorocaba, contestando a cobrança pelo Município, através de ato do Prefeito, de taxa de uso de solo. Foi concedida liminar favorável à Naturgy para o não pagamento da taxa e, posteriormente, foi proferida sentença favorável à Naturgy. Por se tratar de processo envolvendo a Prefeitura, o feito foi remetido ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para reanálise.

c) Tributárias

A Companhia tem registrado o valor correspondente a honorários de êxito em ações judiciais de R\$ 131 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 131 em 31 de dezembro de 2018).

Existem ainda processos tributários que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 10.155 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 9.830 em 31 de dezembro de 2018) e referem-se, principalmente, a Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em que se imputam à Companhia as seguintes infrações: recebimento de crédito acumulado de ICMS sem autorização e observância dos requisitos previstos na Portaria CAT nº 26/2010 e apresentação de Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIAs com indicação incorreta de informação econômico-fiscal no que se refere aos créditos do Programa de Ação Cultural – PAC

17. Provisão para contingências_

17.1. Fornecedores de gás

A Companhia, em 1º de dezembro de 2012, firmou com a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. aditivo nº 01 ao contrato de compra e venda de gás natural importado celebrado em 3 de julho de 2002 (Contrato Convencional) e em complemento ao mesmo, firmou na mesma data o Contrato firme de compra e venda de gás natural (Contrato firme inflexível). Ambos os contratos apresentavam cláusulas prevendo quantidades mínimas a serem retiradas e transportadas, denominadas SOP e TOP, onde SOP ou Remuneração Mínima de Reserva Anual (RMRA) significa a remuneração mínima anual paga à Petrobras pela reserva do Gás à Distribuidora e TOP ou Retirada Mínima Anual (RMA) significa o valor do compromisso de retirada do Gás da Distribuidora, sendo recuperável em até 12 meses após término do contrato.

Em 30 de junho de 2014, o contrato de compra e venda de gás natural importado foi encerrado.

Em 15 de dezembro de 2016, foram celebrados os Termos Aditivos: nº 1 ao Contrato Compra e Venda de Gás Natural (Contrato firme inflexível) com a Petrobras S.A. – Petrobras e o Aditivo nº 2 ao Contrato de Normas Gerais, no qual as partes acordaram:

- (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2021; e
- (ii) alteração dos principais compromissos contratuais de SOP e TOP para Encargo de Capacidade (EC) e Retirada Mínima Mensal (RMM), respectivamente.

Por esses Aditivos, a GNSPS se compromete:

- (i) a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM) – antigo ToP para o ano de 2016 a 2021;
- (ii) a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, a 90% da QDC – para o ano de 2016, 95% para 2017 e 100% para os demais anos.

2020	2021
439.200.000	438.000.000

17.2. Compromisso com o poder concedente

De acordo com o Contrato de Concessão firmado em 31 de maio de 2000, entre a GNSPS e o Estado de São Paulo, no âmbito da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp, a Companhia assumiu o compromisso de prestar o serviço de distribuição de gás natural canalizado para 93 município na região sul do Estado, onde não havia serviço de distribuição de gás. Ao final do exercício de 2019, a Companhia atende a 18 municípios por meio de uma rede de 1,9 mil km de extensão.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 2ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2010-05/2015, previu um montante de investimento correspondente a R\$ 88.063 mil (moeda de abril de 2010, data da apresentação da proposta para a Revisão.

Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), tendo sido realizado 60% deste valor durante o ciclo tarifário.

Já em relação à 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2015-05/2020, por razões de decisões judiciais o processo não foi concluído pela Arsesp. Uma vez concluído o processo de revisão tarifária referente ao 4º ciclo, os resultados obtidos serão aplicados, devendo ser realizados os ajustes e compensações devidos para o ciclo tarifário.

O processo da 4ª Revisão Tarifária, que compreende o período de 06/2020-05/2025, iniciou-se dentro do cronograma, sem atraso, o resultado do 4º Processo de Revisão Tarifária será divulgado até 30 de maio de 2020.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social de R\$584.923 está representado por 595.799.877 ações ordinárias, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionistas	2019	2018
Naturgy Distribucion Latinoamerica, S.A.	595.799.876	595.799.876
Sergio Manuel Aranda Moreno	1	1
Receita líquida	595.799.877	595.799.877

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil. Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	75.951	32.208
Constituição da reserva legal	(3.797)	(1.610)
(-) Outros	(394)	-
Base de cálculo dos dividendos	71.760	30.598
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	17.940	7.649
Distribuição proposta:	2.733.385	2.115.343
Juros sobre o capital próprio bruto	37.782	12.187
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	53%	40%

A Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2019, aprovou a distribuição dos dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 18.411, aprovado também o pagamento de dividendos com base na reserva de expansão, no montante de R\$ 3.007.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2019, aprovou o pagamento de JCP no montante de R\$37.782, o que representará após impostos, juros líquidos no valor de R\$ 32.115, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). O saldo remanescente, no valor de R\$ 33.978, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em abril de 2020.

19. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2019	2018
Venda de gás	1.050.272	853.177
Contratos de construção	17.480	22.764
Outras receitas	1.172	1.240
Total receita bruta	1.068.924	877.181
(-) Deduções da receita bruta	(254.155)	(206.578)
Receita líquida	814.769	670.603

Em maio de 2015, encerrou-se o 3º ciclo regulatório tarifário, no entanto, por questões externas à GNSPS, não houve o encerramento do processo de revisão tarifária coordenado pela Arsesp, o qual reajustaria o nível das margens de distribuição praticadas pela concessionária até maio de 2020. Tal processo de revisão esteve suspenso judicialmente até meados de 2019, quando o processo judicial, que suspendeu a revisão, foi extinto judicialmente mediante acordo entre a Arsesp e a Concessionária para que o processo da 3ª revisão fosse retomado. Neste mesmo ano houve a retomada do processo da 3ª revisão pela Arsesp, começando pela Distribuidora da área oeste do Estado. Esse processo está em andamento e após sua finalização, será feito o da distribuidora da área noroeste e finalmente, em sequência, o desta Concessionária. Por outro lado, o processo da 4ª Revisão Tarifária iniciou-se dentro do cronograma, sem atraso.

Para o ano de 2019, as tarifas de gás da Gas Natural São Paulo Sul sofreram uma atualização:

A partir de 31 de maio, conforme homologado através da Deliberação Arsesp nº 876/2019, foram atualizados os valores das Margens de Distribuição através do IGP-M (+8,622435%), índice acumulado de abril/2018 a abril/2019, o valor do custo do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes e o valor da parcela de repasse de todos os segmentos. O valor unitário referente ao fator K não sofreu alteração e continuou em R\$ 0,00/m³. O termo de ajuste k é utilizado para corrigir os desvios anuais existentes entre a margem máxima autorizada pelo regulador e a margem obtida pela concessionária e será aplicado anualmente somente quando a margem obtida pela concessionária exceder a margem máxima autorizada pelo regulador.

20. Custo do serviço_

	2019	2018
Compra de gás e de serviços	(613.376)	(490.986)
Custo dos contratos de construção	(17.480)	(22.764)
Custo de pessoal	(2.846)	(3.906)
Ajuste de inventário de gás natural	(6.273)	(23.018)
Amortização do intangível ^(Nota 12)	(18.215)	(17.409)
	(658.190)	(558.083)

21. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Despesa de pessoal	(3.725)	(2.872)
Utilidades, materiais e serviços	(3.095)	(3.607)
Serviço de manutenção	(7.156)	(6.792)
Serviços de profissionais independentes e contratados	(12.917)	(12.148)
Gastos gerais de escritório	(716)	(613)
Viagens e estadias	(235)	(98)
Publicidade e propaganda	(898)	(802)
Despesas com <i>royalties</i>	767	(4.780)
Alugueis	(515)	(1.966)
Gastos com P&D ⁽ⁱ⁾	(312)	(225)
Provisões (reversão), líquidas	(100)	(1.050)
Perdas e reservas	(1.031)	(732)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(312)	(1.010)
Amortizações do intangível ^(Nota 12)	(23.058)	(22.920)
Amortização do ativo direito de uso ^(Nota 13)	(347)	-
	(53.650)	(59.615)

(i) Referem-se aos gastos incorridos com o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética aprovados pela Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo).

22. Outras despesas operacionais, líquidas_

	2019	2018
Penalidades e indenização a terceiros	(1.877)	(1.893)
Despesas com equipamentos vendidos	(266)	(665)
Receita líquida de vendas de equipamentos	358	702
Outras receitas operacionais	183	2.486
Impostos e taxas ⁽ⁱ⁾	(3.879)	(3.134)
Outras despesas gerais – operacionais	(277)	(787)
	(5.758)	(3.291)

(i) Referem-se aos valores de taxa de fiscalização da Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e outros impostos não recuperáveis.

23. Resultado financeiro, líquido_

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.545	3.442
Outras receitas financeiras	4.053	929
	7.598	4.371
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(6.703)	(7.627)
Comissões e tarifas de cobrança	(89)	(75)
Fiança bancária	(656)	(735)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(2)	(109)
Outras despesas financeiras	(1.091)	(2.005)
	(8.541)	(10.551)
	(943)	(6.180)

24. Seguros_

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil – administradores, diretores e dirigentes (*)	29/10/2019 a 29/10/2020	94.000
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	29/10/2019 a 29/10/2020	380.000
Risco operacional	29/10/2019 a 29/10/2020	266.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas no Brasil do Grupo Naturgy Energy Group S.A.

25. Eventos subsequentes_

Propagação do Novo Coronavírus

Desde o início do ano de 2020, temos acompanhado a propagação no Novo Coronavírus (“Covid -19”) ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre essas demonstrações financeiras.

Neste momento não é possível mensurar de forma precisa ou antecipar os eventuais impactos econômico financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do Covid -19.

A Companhia diligenciou junto ao mercado financeiro novas linhas de crédito que possam garantir possíveis necessidades de fluxo de caixa, estas motivadas, principalmente, por eventual incremento na inadimplência. Adicionalmente, mantemos relação próxima com nossos fornecedores e, havendo necessidade, buscaremos a extensão dos prazos para pagamentos.

A Companhia entende que as condições do contrato de concessão, bem como o prazo remanescente deste, permitem absorver todos os impactos financeiros decorrentes dessa Pandemia.

Jorge Henrique Baeta

Diretor Econômico-Financeiro de RI

Flavia Cristina Chibau Cavassani

Contador CRC-1SP260400/O-3

Naturgy 

www.naturgy.com.br